

03.08.2019

mesa 6

10h30 - 12h00

Saneamento e Saúde

coordenação
Isabela Soares e
Marcos Montenegro
mediação
Edson Silva

FÓRUM BR CIDADES NÚCLEO SÃO PAULO

MEIO AMBIENTE E SANEAMENTO

Relatoria: Luciana Ferrara e Rayssa Cortez

INTRODUÇÃO

As primeiras discussões sobre o tema foram realizadas em maio para levadas ao Fórum SP realizado em junho, onde o grupo de discussão sobre “meio ambiente e saneamento” foi composto por um grupo de onze pessoas, entre técnicos e representantes de movimentos sociais. Após a leitura inicial do documento preparatório, os presentes passaram à análise e síntese de propostas de luta. A partir dessa discussão, foram colocados os quatro pontos sínteses apresentados ao final deste texto. A seguir, apresentam-se as propostas formuladas na reunião de maio, e na sequência, a relatoria feita a partir das discussões do Fórum SP, a partir das quais foi elaborada uma síntese desses dois momentos de debate e construção.

DISCUSSÕES PRÉVIAS - 21/05/2019

CARTELAS

1) QUESTÕES GERAIS (OU TRANSVERSAIS) SOBRE PLANEJAMENTO INTEGRADO e GESTÃO DOS COMPONENTES DO SANEAMENTO E DA POLÍTICA AMBIENTAL

- É necessário desenvolver e implementar projetos integrados em microbacias hidrográficas prioritárias, ou seja, as mais vulneráveis do ponto de vista social e suscetíveis ambientalmente, de forma a trabalhar de forma integrada água, esgoto, drenagem, áreas verdes, riscos e habitação, saúde e assistência social;
- Promover educação ambiental, formação e cidadania: inclusão do tema Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) nas disciplinas ciência, história, sociologia no ensino fundamental, o que também implica na capacitação do professor para isso;
- Proteger e garantir a demarcação de terras indígenas, reconhecendo que os índios são agentes ativos nas pautas de discussão sobre cidades, manejo das águas, preservação ambiental;
- Desenvolver políticas voltadas à pauta da adaptação às mudanças climáticas no meio urbano.

2) ÁGUA E ESGOTO – universalização

Gestão e governança:

- Hierarquizar níveis de planejamento e avançar em propostas de governança interfederativa e consórcios de gestão compartilhada da prestação de serviços de saneamento básico (água, esgoto, resíduos e drenagem);

- Pensar em uma governança entre as três esferas federativas (município, estado, nação) > garantindo autonomia para os municípios;
- ● Discutir possibilidades de (re)municipalização dos serviços em São Paulo, atento à escala metropolitana;
- Implementação dos instrumentos existentes de recursos hídricos: cobrança, outorga, retirada, lançamento, com valores realistas;
- Aplicar o controle social possível nos espaços de regulação/mecanismos de contrato;
- Comitês de bacia podem ter um papel e importância no planejamento de bacias, que fogem do mero limite político municipal. Permite integração de políticas;
- Criar maior interface entre a execução da política de recursos hídricos e a política de saneamento básico;
- Alinhamento aos ODSs: abrigar-se na agenda internacional; disputar a agenda ÁGUA no sentido do Direito Humano.

Prioridades, ações e programas:

- Priorizar investimentos de infraestrutura nos assentamentos precários, por meio de urbanização integrada;
- Garantir a prestação de serviços de saneamento (água e esgoto) com subsídios para a população de baixa renda (utilizar como referência CADÚnico - cadastro);
- Formular programas para ampliar tarifa social e rever tarifas, de forma que um certo patamar mínimo de serviço possa ser oferecido mesmo para quem não pode pagar;
- Elaborar programa para ampliar ligações domiciliares de esgoto e identificar e solucionar ligações irregulares de drenagem/esgoto;
- Executar Política de preservação de nascentes e de áreas produtoras de água;
- Elaborar programas de saneamento para atender as especificidades das áreas rurais.

Recursos e financiamento:

- Reinvestimento total (exceto parcela obrigatória distribuição de dividendos – lei da S/A) dos lucros das empresas prestadoras na universalização água e esgoto;
- (Re)organização econômica das atividades.
 - A forma como é feita a cobrança pelos serviços de saneamento desestimula economia de água e o tratamento de esgotos
 - Rever a forma de cobrar pelos serviços de saneamento (exemplo- fundo para remunerar quem consegue reduzir perda de água; quem consegue universalizar os serviços. Também quanto ao tratamento esgotos- não tratou, não recebe. Rio ficou limpo-maiores receitas. Saúde pública melhorou- idem...)
 - Cobrar juros maiores para concessionária que não articula os diversos componentes (exemplo, punição para casos em que a rede ficou pronta e a ETE não) e vice-versa - premiação quando o serviço se completa, quando cumpre sua função social.

- Recursos federais para ação intermunicipal (consórcios).

3) POLUIÇÃO DOS CURSOS D'ÁGUA

Gestão, governança e legislação:

- Participar ativamente do processo de regulamentação da lei de segurança hídrica municipal de São Paulo que estabelece 120 dias para criar instância municipal;
- Debater e difundir “Segurança Hídrica e o papel dos municípios”.

Programas, ações, desenvolvimento de tecnologias:

- Formular política de aumento da permeabilidade do solo, onde for possível;
- Estudar possibilidades de coletar “vazão de tempo seco” dos córregos e conduzir para tratamento;
- Desenvolver tecnologias para tratamento da poluição difusa;
- Adotar a melhoria da qualidade de água dos rios como indicador prioritário do tratamento de esgoto;
- Ampliar a coleta e, principalmente, do tratamento de esgotos e efluentes para gerar a melhoria da qualidade da água nos rios urbanos.

4) RESÍDUOS SÓLIDOS

Gestão e governança:

- Qualificação da gestão pública com prioridade à gestão associada por consórcios intermunicipais públicos;
- Garantir transparência e gestão da sociedade nos contratos;
- Condicionar o repasse de recursos ICMS (discricionários) à qualificação da gestão de resíduos e limpeza urbana;

Programas, ações, desenvolvimento de tecnologias:

- Implementar políticas públicas para assistência a catadores de resíduos;
- Municípios: congregar arranjos produtivos locais ou regionais visando a gestão dos resíduos (5 Rs);
- Alavancar cadeias produtivas locais (geração de emprego, renda, tributos) a partir do manejo sustentável de resíduos (orgânicos, madeiras, embalagens, constr. Civil);
- Implementar práticas de compostagem no município de São Paulo;
- Induzir a transição para o encerramento de lixões e a restrição à aterros sanitários;
- Melhorar as soluções de coleta nos assentamentos precários (gestão, equipamentos que considerem as características da ocupação);
- Promover campanhas educacionais dos resíduos sólidos.

5) MANEJO DE ÁGUAS PLUVIAIS

Programas, ações, desenvolvimento de tecnologias:

- Trabalhar com a existência e permanência das inundações;

- Pensar em estratégias de manejo vinculadas a topografia existente na cidade e técnicas de absorção das águas. Nesse sentido, setorizar trechos da cidade de acordo com o nível do solo e declividade é essencial para propor estratégias específicas (com maior e menor grau de absorção) para que esses setores atuem como uma rede. Isso deve ser pensado em maior e menor escala, de forma contínua (ex.: permeabilidade nas calçadas e nos lotes) e com pontos estratégicos como parques para absorção do excedente das águas;
- Aplicação e aperfeiçoamento da legislação já existente (Quota ambiental/Reservatórios de contenção);
- Articular soluções não convencionais (infraestruturas verdes) às convencionais: programa, incentivos, legislação.

6) MANANCIAIS, ZONA RURAL e interfaces

- Implantar instância de gestão e fiscalização das Áreas de Proteção aos Mananciais (APMs) mais efetiva e colaborativa entre estado e municípios;
- Promover formas de recuperação socioambiental paulatina das ocupações nas margens das represas Guarapiranga e Billings;
- Avançar na qualificação urbana das áreas consolidadas de mananciais;
- Tratar a “questão” dos mananciais fora de mananciais (alternativas para habitação de interesse social em bairros consolidados e centrais);
- Planejar e controlar a expansão urbana sobre os mananciais em termos de uso e ocupação do solo.
- Elaborar políticas de desenvolvimento econômico que incentivem a manutenção da paisagem rural/serviços ecossistêmicos mantendo os agricultores na terra, com melhoria das condições de vida;
 - Infraestrutura rural para desenvolvimento socioeconômico;
 - Instrumentos de incentivo ao produtor rural;
- Necessidades de serem pensados e propostos instrumentos para a gestão territorial do rural > instrumentos do Estatuto da Cidade não dão conta;
- Articulação metropolitana para a melhoria da gestão territorial do rural;
- Transição agroecológica: assistência técnica, incentivos econômicos (como PSA) e regulação para que os produtores façam a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica.
- Alimentação sem veneno/local: merenda; espaços nos mercados (nesse caso c/ políticas públicas);

7) PARQUES PÚBLICOS E ÁREAS VERDES:

- Ampliar os espaços públicos que são fundamentais como recuperação e preservação ambiental/saúde/lazer/educação ambiental;
- Criação do Fundo de Parques previsto no Plano Diretor Estratégico de São Paulo (2014);
- Necessidade urgente de um Plano de Áreas Verdes que articule Parques Públicos + praças + áreas particulares incentivadas (revisão do instrumento TDC);

- Regulamentação dos artigos da Lei do SNUC, que obrigam a compensação aos municípios pelas empresas de H2O e saneamento que utilizam água de reservatórios.

8) RISCOS/DESASTRES “NATURAIS”

- Implementar ações de resiliência às mudanças climáticas;
- Governança interfederativa > ampliação do escopo/riscos > alinhamento aos ODSs;
- Integrar as ações em gestão de riscos que estão incluídas no plano de gestão de riscos da RMSP (resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PDUI);
- Gestão de riscos que deve estar integrada às outras políticas intersetoriais – governança municipal – bacias e regiões metropolitanas;
- Corpo técnico qualificado e permanente e em cidades menores: consórcio;
- Incorporação da gestão de risco na política e legislação de ordenamento territorial;
- Diferenciar risco das situações que podem ser qualificadas por meio de medidas de ampliação de segurança.

RELATO - 29/06/2019 - Fórum SP

Inicialmente, os trabalhos do grupo seriam divididos nos seguintes temas: água e esgoto; resíduos sólidos; desastres; áreas verdes, mananciais e, águas pluviais. Essa estrutura seguia as propostas levantadas anteriormente na reunião ampliada do núcleo SP com técnicos, militantes e pesquisadores. Mas, como o foco do debate era o município de São Paulo, as mediadoras apresentaram e discutiram um pouco sobre o contexto paulistano e as propostas nas áreas de meio ambiente/saneamento. Dentre elas, destacaram-se a promulgação de uma lei municipal sobre segurança hídrica e o projeto de lei nacional que altera a regulamentação do saneamento, gerando impactos nos municípios e ampliando a pauta da privatização no setor. Outra preocupação referiu-se à renovação dos contratos de coleta de resíduo sólido - a ser efetuada nos próximos anos, com previsão de longo prazo para o atendimento e que atualmente possui uma estrutura bastante questionável em termos de prestação do serviço. Por fim, foi mencionado que o atual sistema de gestão de parques e áreas verdes apresenta problemas e precisa ser revisto, incluindo maior participação. Em seguida, as propostas foram lidas no grupo e uma nova rodada de discussões e propostas foi aberta, visando formular quatro propostas sínteses ao final.

Os participantes do fórum, em linhas gerais, apontaram as seguintes questões que complementaram os debates anteriores:

- Proposta de conexão entre os resíduos orgânicos descartados nas feiras livres e a possibilidade de implantação de sistemas de compostagem nos parques públicos.
- A gestão dos parques e recursos naturais foi uma discussão que permeou algumas falas, desde as práticas de inclusão da população nos conselhos-gestores até a própria aplicação dos recursos dos diversos fundos municipais (de desenvolvimento urbano; para os parques; saneamento e infraestrutura).

- A necessidade de interligação entre infraestruturas verdes em parques que poderiam atuar na proteção dos recursos hídricos.
- Ainda, uma preocupação salientada era a das racionalidades do modo de produção, o qual deveria incluir logística reversa como uma obrigatoriedade do produtor.
- A questão dos riscos foi trazida tanto na escala regional (nas barragens), quanto na local (as ocupações nas áreas de mananciais). Neste tópico, uma proposta interessante foi o aproveitamento dos diálogos com a gestão municipal para fortalecer possibilidades de resiliência. Mas, a relação com diferentes partidos nos níveis de poder foi apontada como um entrave para a solução dos problemas.
- A última proposta veio com a noção de que o incentivo para a produção de pequenos agricultores, como feito recentemente, com formação e capacitação desses produtores pode contribuir em novas formas de justiça ambiental.

Depois da discussão ampliada, os participantes foram divididos em subgrupos com o objetivo de sintetizar as discussões em cinco cartelas. Este material serviria para as discussões posteriores, com os demais eixos temáticos.

CARTELAS

1. Incorporação da gestão de risco na política e legislação de ordenamento territorial e diferenciar risco das situações que podem ser qualificadas por meio de medidas de ampliação de segurança;
2. Ampliar o controle social do saneamento básico nos conselhos, fundos e na regulação, de forma a garantir a sua função social e lutar contra a privatização;
3. Superar o conflito entre habitação e meio ambiente, com foco nas áreas de mananciais por meio de políticas setoriais integradas;
4. Fortalecer o trabalho social nos projetos e obras de urbanização, visando articular a paisagem: meio ambiente, infraestrutura, áreas verdes, habitação e apropriação popular;
5. Incentivar a formação e a promoção à educação alimentar e o diálogo com agricultura urbana e dos povos tradicionais. Estimulando o aproveitamento integral de alimentos e a alimentação saudável, respeitando a natureza e integrando a política nacional de segurança alimentar.

CONTINUIDADE DO FÓRUMsp - 23/07/2019

Depois da síntese das cartelas, a ideia foi levar para a discussão e articulação de lutas com os demais eixos. Então, os conteúdos sintetizados foram levados ao coletivo que adicionou alguns outros pontos fundamentais. Além das ideias de integração entre as políticas habitacionais e de desenvolvimento urbano para com as ambientais, outra necessidade apontada referiu-se à a mobilidade - foi apontado que o transporte motorizado é responsável por mais da metade da poluição do ar nas nossas metrópoles e a tendência nacional têm sido aumentar o número de veículos em circulação. Outro ponto importante foi a defesa do foco nos sistemas de reciclagem, inclusive, com capacitação para os catadores e reutilização dos gases gerados por resíduos orgânicos.

ENCAMINHAMENTOS-EIXO

A partir das contribuições da reunião temática e do fórum de SP, as propostas locais para o eixo de meio ambiente e saneamento se consolidaram nos tópicos transcritos acima. Entretanto, no sentido de avançar com o aprofundamento das questões, as propostas das prévias foram combinadas de forma a complementar pontualmente os tópicos sintetizados no Fórum SP .

1) Incorporação da gestão de risco na política e legislação de ordenamento territorial e diferenciar risco das situações que podem ser qualificadas por meio de medidas de ampliação de segurança:

SP

- Integrar as ações em gestão de riscos que estão incluídas no plano de gestão de riscos da RMS (resultados dos trabalhos desenvolvidos no âmbito do PDU);

SP e NACIONAL

- Gestão de riscos que deve estar integrada às outras políticas intersetoriais – governança municipal – bacias e regiões metropolitanas;
- Implementar ações de resiliência às mudanças climáticas;
- Governança interfederativa > ampliação do escopo/riscos > alinhamento aos ODSs;
- Corpo técnico qualificado e permanente e em cidades menores: consórcio;

2) Ampliar o controle social do saneamento básico nos conselhos, fundos e na regulação, de forma a garantir a sua função social e lutar contra a privatização:

Gestão e governança

SP

- Discutir (re)municipalização dos serviços em São Paulo, atento à escala metropolitana;
- Aproveitar o momento de revisão do contrato de concessão dos serviços de resíduos sólidos para aprimoramento da implementação das diretrizes da política nacional em âmbito municipal;

P/ NACIONAL

- Hierarquizar níveis de planejamento e avançar em propostas de governança interfederativa e consórcios de gestão compartilhada da prestação de serviços de saneamento básico (água, esgoto, resíduos e drenagem);
- Pensar em uma governança entre as três esferas federativas (município, estado, nação) > garantindo autonomia para os municípios;
- Implementação dos instrumentos existentes: cobrança! > outorga, retirada, lançamento, com valores realistas;
- Aplicar o controle social possível nos espaços de regulação/mecanismos de contrato;
- Comitês de bacia podem ter um papel e importância no planejamento de bacias, que fogem do mero limite político municipal - enquanto arena, permite integração de políticas.
- Alinhamento aos ODSs: abrigar-se na agenda internacional - disputar a agenda ÁGUA;

Prioridades, ações e programas

SP e NACIONAL

- Formular programas para ampliar tarifa social e rever tarifas, de forma que um certo patamar mínimo de serviço possa ser oferecido mesmo para quem não pode pagar;
- Política de preservação de nascentes, áreas produtoras de água;
- Articular soluções de drenagem à ampliação de áreas permeáveis em lotes privados e em parques públicos, com sistemas que colaborem para reduzir enchentes.

Recursos e financiamento

SP

- Reinvestimento total (exceto parcela obrigatória distribuição de dividendos – lei da S/A) dos lucros das empresas prestadoras na universalização água e esgoto;

SP e NACIONAL

- (Re)organização econômica das atividades.
 - A forma como é feita a cobrança pelos serviços de saneamento desestimula economia de água e tratamento de esgotos;
 - Rever a forma de cobrar pelos serviços de saneamento (exemplo- fundo para remunerar quem consegue reduzir perda de água; quem consegue universalizar os serviços. Também quanto ao tratamento esgotos- não tratou, não recebe. Rio ficou limpo-maiores receitas. Saúde pública melhorou- idem...);
 - Cobrar juros maiores para concessionária que não articula os diversos componentes (exemplo, punição para casos em que a rede ficou pronta e a ETE não) e vice-versa - premiação quando o serviço se completa, quando cumpre sua função social.
- Recursos federais para ação intermunicipal (consórcios).

3) Superar o conflito entre habitação e meio ambiente, com foco nas áreas de mananciais por meio de políticas setoriais integradas:

SP

- Implantar instância de gestão e fiscalização das Áreas de Proteção aos Mananciais (APMs) mais efetiva e colaborativa entre estado e municípios;
- Promover formas de recuperação socioambiental paulatina das ocupações nas margens das represas Guarapiranga e Billings;
- Avançar na qualificação urbana das áreas consolidadas de mananciais;
- Planejar e controlar a expansão urbana sobre os mananciais em termos de uso e ocupação do solo;
- Tratar a “questão” dos mananciais fora de mananciais (alternativas para habitação de interesse social em bairros consolidados e centrais).

SP e NACIONAL

- Priorizar investimentos de infraestrutura nos assentamentos precários, por meio de urbanização integrada;

- Garantir a prestação de serviços de saneamento (água e esgoto) com subsídios para a população de baixa renda (utilizar como referência CADÚnico);
 - Elaborar programa para ampliar ligações domiciliares de esgoto e identificar e solucionar ligações irregulares de drenagem/esgoto;
- 4) Fortalecer o trabalho social nos projetos e obras de urbanização, visando articular a paisagem: meio ambiente, infraestrutura, áreas verdes, habitação e apropriação popular:**

SP e NACIONAL

- Formular política de aumento da permeabilidade do solo, onde for possível;
 - Ampliar os espaços públicos que são fundamentais como recuperação e preservação ambiental/saúde/lazer/educação ambiental;
 - Articular soluções não convencionais (infraestruturas verdes) às convencionais: programa, incentivos, legislação;
 - Melhorar as soluções de coleta nos assentamentos precários (gestão, equipamentos que considerem as características da ocupação);
- 5) Incentivar a formação e a promoção à educação alimentar e o diálogo com agricultura urbana e dos povos tradicionais. Estimulando o aproveitamento integral de alimentos e a alimentação saudável, respeitando a natureza e integrando a política nacional de segurança alimentar:**

SP e NACIONAL

- Elaborar políticas de desenvolvimento econômico que incentivem a manutenção da paisagem rural/serviços ecossistêmicos mantendo os agricultores na terra, com melhoria das condições de vida;
 - Infraestrutura rural para desenvolvimento socioeconômico;
 - Instrumentos de incentivo ao produtor rural;
- Transição agroecológica: assistência técnica, incentivos econômicos (como PSA) e regulação para que os produtores façam a transição da agricultura convencional para a agricultura de base ecológica.
- Alimentação sem veneno/local: merenda; espaços nos mercados (nesse caso c/ políticas públicas);

Estes serão os tópicos que serão levados à discussão no fórum nacional do projeto Br Cidades, como contribuição do núcleo SP, com vistas à eleição municipal de 2020, e para os demais núcleos. Por esses motivos, os itens selecionados ou são frutos de experiências de planejamento locais ou avanços que os pesquisadores viabilizariam na nossa cidade. Para participação na mesa do fórum nacional, a relatoria será focada nas cinco propostas-sínteses.